

ALIMENTOS SAUDÁVEIS

*** Roberto Rodrigues**

Segundo a Vigitel-2014 do Ministério da Saúde, cerca de 52,5% da população brasileira está acima do peso, e quase 15 milhões são obesos. E, de acordo com especialistas, obesidade é fator de risco para doenças crônicas como cardiopatias, hipertensão e diabetes, que, por sua vez, respondem por 72% dos óbitos no Brasil...

Para combater a obesidade é interessante estimular o consumo de frutas e hortaliças. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a ingestão adequada desses produtos pode evitar 19% de câncer intestinal, 31% de cardiopatias isquêmicas e 11% de acidentes vasculares cerebrais.

Mas há muita desinformação sobre os efeitos do uso nos hortifrútis dos defensivos agrícolas, ou agroquímicos, ou pesticidas. Ou, como são também conhecidos no Brasil, agrotóxicos, termo que não tem tradução em nenhum outro idioma, o que já sinaliza um preconceito contra esses importantes insumos agrícolas. Os defensivos agrícolas funcionam como "remédios" para as plantas, eliminam suas pragas e doenças. É como se chamássemos os nossos remédios de "humanotóxicos". Os defensivos tem que ser aplicados de acordo com as doses recomendadas para as diferentes plantas e suas respectivas doenças. Para tanto existe o receituário agrônomo, (documento legal correspondente à receita médica), assinado por técnico que viabiliza a compra dos defensivos necessários. Com isso, não existiria nenhum risco à saúde humana.

O problema está em outras questões. Uma delas é a correta aplicação dos defensivos pelos trabalhadores rurais. Eles têm que ser treinados de acordo com os manuais de Boas Práticas Agrícolas. Outros são o transporte e a armazenagem dos defensivos (ninguém larga remédios tarja preta jogados ao alcance de crianças, por exemplo), o uso dos EPIs (equipamentos de proteção individual, obrigatórios por lei), destino adequado das sobras e das embalagens. Aliás, a legislação brasileira sobre o destino de embalagens usadas de defensivos é a mais moderna do mundo.

Existe outro problema, o registro de novas moléculas de defensivos. Para um produto novo ser aplicado, precisa ser registrado através de um rigoroso processo que segue padrões internacionais, mas muito burocrático porque depende de uma ação conjunta da ANVISA, do IBAMA e do Ministério da Agricultura. Isso atrasa a liberação de novos defensivos, chegando a demorar 7 anos para sair o registro! E, com a perda de eficiência dos mais antigos muitas vezes os agricultores ficam sem produtos registrados para seu uso adequado. Isso precisa ser resolvido, reduzindo a burocracia sem reduzir o indispensável rigor da análise de risco.

Existe um índice, o LMR (Limite Máximo de Resíduo) que mede a quantidade de resíduos de defensivos nos alimentos. Controlado pela ANVISA, ele mostra que não há riscos para a saúde nos alimentos consumidos aqui. No entanto, há informações distorcidas a respeito, "prevenindo" que o produto

“tal” tem um nível elevado de resíduos. Mas, isso não quer dizer que ele seja inadequado para consumo, como pode parecer.

Portanto, já passa da hora de: desburocratizar o registro de novas moléculas que permitam aos produtores de frutas e verduras, em geral pequenos, usarem as melhores práticas agrícolas. Mas acima de tudo, é fundamental informar bem sobre a inexistência de riscos à saúde humana, como disse a Dra Silvia Cazenave, quando era Superintendente de Toxicologia da ANVISA: “... eles não trazem risco porque as pessoas ingerem pequenas quantidades e o benefício da ingestão do alimento sempre é muito maior que o risco que ele pode trazer”...

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**